

1/2

RELATÓRIO
DE ATIVIDADES E
CONTAS
2016

WWW.APCL.ORG.PT



/ Associação de paralisia cerebral de Lisboa



Assurance
in Social Services



ÍNDICE

1 – Introdução.....	2
2. Caracterização da Associação.....	3
2.2 – Associados.....	4
2.3 – Meios.....	4
3 – Formação.....	5
4 – Atividades Realizadas.....	6
5 – Objetivos Estratégicos Gerais – APCL.....	7
6 – Processo de Gestão e Melhoria.....	8
7 – Processo do Centro de Atividades Ocupacionais.....	9
8 – Processo do Lar Residencial.....	14
9 – Processo do Centro de Equitação Terapêutico.....	19
10 – Processo de Centro de Atividades Aquáticas.....	22
11 – Processo da Formação Profissional.....	24
12 – Processo da Creche.....	27
13 – Processo do Serviço de Apoio Domiciliário.....	29
14 – Processo de Recursos Humanos.....	30
15 – Processo de Manutenção.....	31
16 – Processo de Aprovisionamento.....	31
17 – Processo das Residências Autônomas.....	32
18 – Área de Animação.....	33
19 – Outras Atividades.....	34
20 – Projetos.....	35
21 – Documentos de Contas APCL.....	36
Anexo I – Balanço.....	36
Anexo II – Demonstração de Resultados.....	38
Anexo III – Fluxos de Caixa.....	40
Anexo IV – Anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados.....	42
22 – Parceiros.....	63
23 – Agradecimentos.....	64

1. INTRODUÇÃO

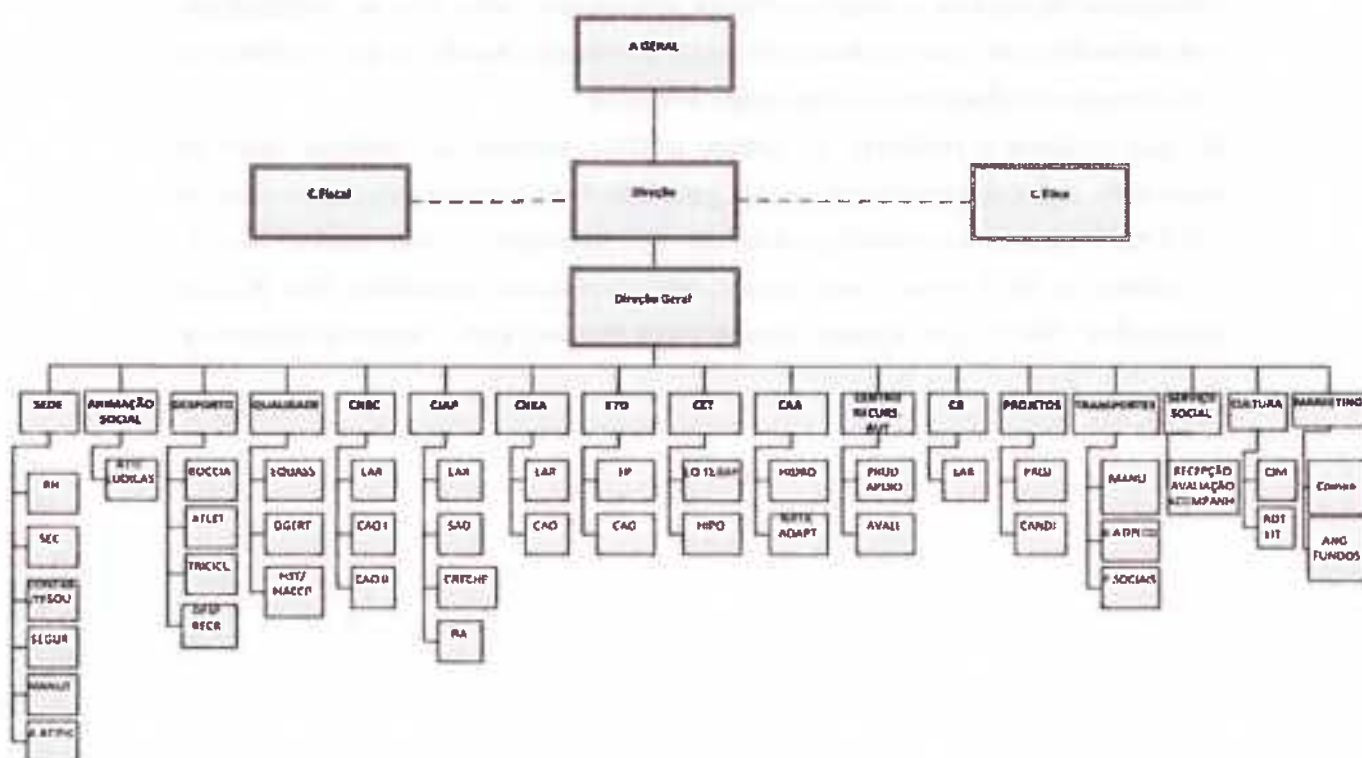
O Relatório de Atividades de 2016 que se apresenta, é composto, na sua íntegra, pelo resultado das atividades propostas no Plano de Atividades de 2016. Desta forma pretende-se demonstrar o desempenho da associação, bem como as componentes mais específicas de cada equipamento social ou resposta social, no que concerne ao cumprimento aos objetivos que lhes foram atribuídos.

No que concerne à prestação de contas, a APCL registou um resultado bruto de exploração, antes de amortizações e dos gastos de financiamento, positivo no valor de 574.972,67 euros. O resultado líquido do exercício foi positivo, no valor de € 68.784,58. As contas de 2016 foram, pelo terceiro ano consecutivo, auditadas pela BDO & Associados, SROC, Lda, a quem agradecemos também todo o acompanhamento e aconselhamento que nos foi sendo feito ao longo do exercício.



2. CARACTERIZAÇÃO DA APCL

2.1 - ORGÂNICA



(Quadro 1)

2.2 – ASSOCIADOS

2.2.1 - EVOLUÇÃO DOS ASSOCIADOS

Atividade	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Homens	412	415	206	1125	528	529
Mulheres	1464	1473	703	523	1137	1138
Total	1876	1888	909	1648	1665	1667

(Quadro 2)

2.3 – MEIOS

Atividade	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027
Sede	-	-	-	-	-	-	-	25	-	-	8	3	
Centro Nuno Belmar Costa	29	-	-	51	-	-	-	-	6	-	52	2	
Centro Nuno Silva Abecasis	22	-	-	19	-	-	-	-	4	-	30		
Centro Dr. José Azeredo Perdigão	24	10		B	28	66	-	-	-	-	52	1	
Casa de Banho	7	-	-	-	-	-	-	-	4	-	6		
Espaço 7 Oficinas	-	-	33	25	-	-	-	-	3	-	9		
Centro de Equitação Terapêutica	-	-	-	-	-	-	57	-	-	-	4		
Centro de Atividades Aquáticas	-	-	-	-	-	-	-	22	-	1	1		
Centro Calixto Guimardes (A)	O Centro de Reabilitação está integrado e sob gestão do Instituto de Segurança Social - ISS/ Santa Casa da Misericórdia de Lisboa - SCML										40	6	
Total	82	10	33	95	28	66	57	22	25	18	202	12	
OBSERVAÇÕES	(A) Colaboração estreita com a APCL, em atividades e em apoios específicos; (B) Aguarda Acordo de cooperação.												

LR - Lar Residencial

RA - Residências Autônomas

CAO - Centro de Atividades Ocupacionais

FP - Formação Profissional

RCD- Recreação, Cultura e Desporto

TRD- Terapias Diversas

AD - Apoio Domiciliário

CR - Creche

CET- Centro de Equitação Terapêutica

CAA- Centro Atividades Aquáticas

FI- Formação e Investigação



Abril 2017

Mod PGM 68_0 Relatório de Atividades APCL 2016



3 – FORMAÇÃO

Formação	Objetivo	Formador
Posturas, posicionamentos e transferências	Prevenção e boas práticas	AAD - CNKA
Posturas, posicionamentos e transferências	Prevenção e boas práticas	AAD - CNKA
Posturas, posicionamentos e transferências	Prevenção e boas práticas	AS - CNKA
Posturas, posicionamentos e transferências	Prevenção e boas práticas	AAD - CB
Posturas, posicionamentos e transferências	Prevenção e boas práticas	AAD - CB
Posturas, posicionamentos e transferências	Prevenção e boas práticas	AAD - CB
Posturas, posicionamentos e transferências	Prevenção e boas práticas	AAD - CAA
Posturas, posicionamentos e transferências	Prevenção e boas práticas	AAD - E70
Posturas, posicionamentos e transferências	Prevenção e boas práticas	AAD - E70
Posturas, posicionamentos e transferências	Prevenção e boas práticas	AAD - E70
Posturas, posicionamentos e transferências	Prevenção e boas práticas	AAD - CB
Estágio Profissional Instituto Bobath Madrid	Práticas Bobath	TR - CRPCCG
Curso Básico de Primeiros Socorros	Teórico/ Prático	AAD - CRPCCG
Curso Básico de Primeiros Socorros	Teórico/ Prático	AAD - CRPCCG
Projeto Seminar o Boccia	Regras e Práticas do Boccia	M - CNBC
Capacitação das famílias - cuidadores de pessoas com deficiência	Capacitação das famílias	P - CNBC
I Congresso Ibérico de Terapia Ocupacional	Novas técnicas da Terapia Ocupacional	TO - CNBC
Saúde Mental Sustentável	Informação sobre temática	AS - CNBC
Gestão Estratégica	Formação em Gestão Estratégica	AS-CNBC
Curso de Boccia	Curso Prático de Boccia	M - CNBC
Curso de Boccia	Curso Prático de Boccia	M - CRPCCG
Gestão Estratégica	Gestão Estratégica	AS - CNKA

(Quadro 4)

4 – ATIVIDADES REALIZADAS

4.1 – SEDE

4.1.1 – AÇÕES DIVERSAS

A APCL colaborou:

- Nas atividades associativas da PC-AND (Paralisia Cerebral – Associação Nacional de Desporto) através dos elementos da APCL para fazerem parte dos Órgãos Sociais daquela Associação;
- Com a União Distrital das Instituições Particulares de Solidariedade Social de Lisboa;
- Parceria em atividades culturais com a Associação Vo'Arte;
- Em parceria com a Federação das Associações Portuguesas de Paralisia Cerebral – FAPPC;

4.1.2 – SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS

Os Serviços Administrativos foram assegurados por 6 funcionários a tempo inteiro.

4.1.3 – REUNIÕES DE DIREÇÃO

Realizaram-se periodicamente reuniões de Direção.

4.1.4 – FORMAÇÃO

Realizaram-se ações de formação transversal à associação.

Mais informação através do quadro 4.

4.1.5 – APOIO INFORMÁTICO

1 - Atividades de Rotina:

1.1 - Manutenção do parque informático;

1.2 - Suporte aos utilizadores;

1.3 - Administração de sistemas.

2 - Manutenção dos servidores:

2.1 - Criação e manutenção de Backups nos servidores;

2.2 - Atualização e monitorização dos sistemas operativos e operacionais;

- 2.3 - Atualização e manutenção das aplicações WINIPSS (F3M);
- 2.4 - Atualização e monitorização das aplicações de segurança;
- 2.5 - Manutenção dos serviços de correio eletrónico;
- 2.6 - Criação e manutenção de Backups do site da APCL;
- 2.7 - Manutenção e monitorização das redes estruturadas.
- 2.8 - Acompanhamento próximo das evoluções das aplicações WINIPSS, nomeadamente de alterações legais e análise das suas implementações e eventuais impactos neste sistema;
- 3 - Atividades Programadas:
- 3.1 - Reconfiguração de rede estruturada na Sede no seguimento das obras realizadas;
- 3.2 - Análise de protocolos com empresas de reciclagem de consumíveis e material informático, com o objetivo de angariar fundos com a recolha deste tipo de material junto das comunidades de cada Equipamento Social.

5 – OBJETIVOS ESTRATÉGICOS GERAIS – APCL

5.1 – INTRODUÇÃO

5.1.2 – OBJETIVOS ESTRATÉGICOS GERAIS - APC

Sensibilizar a sociedade civil e os decisores políticos para a problemática da Paralisia Cerebral, sua prevenção, reabilitação, inserção social e plena cidadania, bem como, para a responsabilidade social que lhes cabe.
Promover o projeto e qualidade de vida dos clientes e seus familiares.
Fomentar a formação e especialização dos recursos humanos.
Promover parcerias sendo um participante ativo e respeitado, cooperando com os organismos e estruturas envolvidas, com vista a garantir a qualidade dos serviços a prestar.
Adequar infraestruturas e equipamentos às respostas sociais e necessidades dos Clientes, humanizando os respetivos serviços.
Garantir a sustentabilidade da APCL e diversificar as fontes de financiamento.
Prosseguir com a profissionalização da Gestão da Associação.

(Quadro 5)

Handwritten signature and initials.

5.1.3 – MATRIZ DAS RESPOSTAS SOCIAIS POR EQUIPAMENTOS SOCIAL

Equipamento Social	EN	PA	CA	DA	EN	DA	CA	DA	EN	PA
GNBC										
GNCA										
B 710										
CIAR										
C. de Benfica										
Centro Aut. Aquáticas										
Centro Equit. Terapêutico										
GRPCDG										

	Com Acordos de Cooperação com CDSSL
	Com Acordo de Cooperação com IEFP
	Sem Acordos de Cooperação

(Quadro 6)

6 – PROCESSO DE GESTÃO E MELHORIA (PGM)

6.1 – INTRODUÇÃO

O Processo de Gestão e Melhoria integra todas as atividades presentes no Manual da Qualidade¹ e consequente Sistema de Gestão e Qualidade, com objetivo de planejar, implementar, monitorizar e avaliar todas as atividades que fazem parte do Sistema de Gestão e Qualidade.

Assim passa-se a referir os dados relativos ao cumprimento dos objetivos estabelecidos em 2016 no ponto seguinte.

¹ Mod.PGM.38/1 - Manual da Qualidade - APCL

6.1.1 – OBJETIVOS ESTABELECIDOS

Processo	Objetivos Estratégicos	Objetivos Operacionais	Medida	Realização
Programa de Gestão e Melhoria (PGM)	OE6	1 Introduzir oportunidades de melhoria	≥ 2	Realizado
		2 Ter ações corretivas implementadas com eficácia	≥ 85%	Realizado
	OE2	3 Obter a satisfação dos clientes/familiares/parceiros	≥ 60%	Realizado parcialmente
	OE1	4 Responder atempadamente às reclamações e sugestões que chegam à Instituição	≤ 15 dias	Realizado

(Quadro 7)

7 – PROCESSO DO CENTRO DE ATIVIDADES OCUPACIONAIS (CAO)

7.1 – INTRODUÇÃO

Este Processo estabelece regras gerais para o desempenho de todas as atividades associadas à resposta social, nomeadamente candidatura e inscrição de clientes, admissão e avaliação diagnóstica, avaliação das necessidades e potenciais do cliente, elaboração/ implementação/ monitorização do PDI, atividades socialmente úteis, atividades de inclusão, cuidados em situação de emergência, administração terapêutica, alimentação e transporte de clientes.

7.1.1 – OBJETIVOS ESTABELECIDOS

Processo	Objetivos Estratégicos	Objetivos Operacionais	Medida	Realização
PCAO	OE5	1 Melhorar a comunicação e inter-relação entre os diferentes E. Sociais.	≥ 1	Realizadas várias reuniões com a Coordenação.

Atividade	Objetivos e Resultados	Quantidade	Objetivos Operacionais	Meta	Resultados
Centro de Atividades Ocupacionais (PCAO)	OE4 E OE5	2	Fomentar o intercâmbio entre os vários clientes das várias respostas de CAO	≥ 1	Realizado o Festival da primavera com clientes de todos os equipamentos com resposta CAO
	OE2	3	Promover o Desenvolvimento Individual e social dos clientes	≥ 80%	Realizado o Desenvolvimento Individual social dos Clientes

(Quadro 8)

7.1.2 – LOCALIZAÇÃO E ATIVIDADES DOS CENTROS DE ATIVIDADES OCUPACIONAIS

Equipamento (Resposta)	Resposta (CAO)
- Centro Nuno Belmar da Costa - CNBC	• CAO I
	• CAO II
- Espaço 7 Officlos - E7O	• CAO
- Centro Nuno Krus Abecasis - CNKA	• CAO

(Quadro 9)

7.1.3 – ATIVIDADES REALIZADAS

ATIVIDADE	OBJETIVOS	LOCAL DE REALIZAÇÃO	DATA DE REALIZAÇÃO	PARCERIAS	REALIZADO (Nº) / NÃO REALIZADO (Nº)
Tapeçaria	Objetivos específicos congratuados no Plano de Atividades do CAO.	E7O, CNKA	Diário		R
Bucins		E7O	Diário	JSL	R
Atelier Doces e Sabores/Sessões de Culinária		E7O, CNBC, CNKA	Quinzenal, Bissemanal e semanal (periodicidade de acordo com o equipamento)		R
Terapia Ocup.		E7O, CNBC, CNKA	Bissemanal e semanal		R

ATIVIDADE	OBJETIVOS	LOCAL DE REALIZAÇÃO	DATA DE REALIZAÇÃO	PARCERIAS	REALIZADO (R) NÃO REALIZADO (NR)
Música Vamos Cantar Juntos Musica Tecnológica e Orquestra Tecnológica	Objetivos específicos congratulados no Plano de Atividades do CAO.	E7O e CNBC	Semanal e Bissemanal		R
A. Aquáticas		Plsina	Bissemanal	Serviço de A. Aquáticas APCL	R
Competências Básicas e Acomp Individuais e grupais de caráter pedagógico		CNKA, CNBC	Diário e bissemanal (periodicidade de acordo com o equipamento)		R
Fisioterapia		CNKA e CNBC	Bissemanal, semanal e diário		R
Serviço Social		E7O, CNKA e CNBC	De acordo com as necessidades e solicitações		R
Psicologia		E7O, CNKA e CNBC	semanal e diário, ou de acordo com as necessidades e solicitações		R
Atelier Expressão Plástica / ateliers trabalhos oficinais/ atividades de sala Oficina Criativa e Arte Coletiva		E7O, CNBC e CNKA			R
Saídas Culturais / Lazer		Exterior -- locais diversos (promovido no E7O, CNBC, CNKA)	Variáveis, quinzenal e semanal	Parcerias diversas de acordo com os locais a visitar	R
Bar		E7O, CNBC	Diário		R
Espaço beleza		CNKA	Semanal		R
Comemorações de datas festivas, aniversários e festas temáticas		E7O, CNKA, CNBC	Mensal (periodicidade de acordo com o equipamento)	Voluntários/ paróquia / funcionários em horário pós laboral	R

ATIVIDADE	OBJETIVOS	LOCAL DE REALIZAÇÃO	DATA DE REALIZAÇÃO	PARCERIAS	REALIZADO (P/N) NÃO REALIZADO (NN)
Inter- centros	Objetivos específicos congratulados no Plano de Atividades do CAO.	E7O, CNBC	Datas variadas	AFID; CASAS. IDANHA;CE RCIOEIRAS; CERCITOP; CECD; CERCI Póvoa; APECI; Elo Social; ADAPECIL; CERCI Lisboa;	R
Receção e atendimento telefónico		Sede, CNBC, CNKA	Diário		R
Serviço fotocópias e correspondência		E7O	Diário		R
Feiras/ vendas		Diversos locais	Anual e/ou de acordo com a disponibilidade dos parceiros	Voluntários Diversas entidades organizadoras de eventos	R
Reuniões de clientes		E7O, CNKA, CNBC	Trimestral, Mensal ou Semanal		R
Reuniões com famílias/ significativos		E7O, CNKA, CNBC	Anual		R
Dinâmicas de grupo		CNBC	Semanal		R
Reuniões de equipa		E7O, CNKA, CNBC	Mensal, semanal		R
Historias/contos/lendas		CNBC	Semanal		R
Treino de Alimentação		CNBC	Diário		R
Controlo de Baba		CNBC	Diário		R
Oficina de Dança		CNBC	Semanal		R
Elaboração do Jornal Interno		CNKA CNBC	(periodicidade de acordo com o equipamento)	J.F de Oelras e São Julião da Barra e SOGAPAL	R

ATIVIDADES	OBJETIVOS	LOCAL DE REALIZAÇÃO	DATA DE REALIZAÇÃO	PARCERIAS	REALIZADO (SIM/NÃO REALIZADO (NT))
Atividades Lúdico-pedagógicas / Torneio de jogos de mesa		CNKA e CNBC	Semanal		R
Bocce		CNKA e CNBC	Semanal	PCAND, Junta de Freguesia de Oeiras e São Julião da Barra, ADO, Federação do Desporto para Deficientes	R
Participação nas atividades do Centro de Convergência de Telheiras		Telheiras	Datas variadas	Centro de Convergência de Telheiras	R
Oficina de teatro/ Oficina de Expressão Dramática		CNBC	Semanal e bissemanal	Teatro Independent e de Oeiras e IASFA	R
Consulta de Fisioterapia		E7O, CNKA e CNBC	Mensal		R
Ritmo		CNBC	Semanal		R
Educação Física e Desporto		CNBC	Semanal e diário	PCAND, Junta de Freguesia de Oeiras e São Julião da Barra, ADO, Federação do Desporto para Deficientes e Comité paraolímpico	R
Snoezelen		CNKA, CNBC	Semanal e diário	Rotary Clube de Oeiras	R
Jardinagem		CNBC	Trissemanal		R
Higiene Oral		CNBC	Trissemanal		R
Posicionamentos		CNBC	Diário		R
Grupo de Raclocínio		CNBC	Trissemanal		R
Treino de comunicação		CNBC	Diário		R

Y
AC
J

ATIVIDADE	OBJETIVOS	LOCAL DE REALIZAÇÃO	DATA DE REALIZAÇÃO	PARCERIAS	REALIZADO (SIM/NÃO REALIZADO (NP))
Tricicleta	Objetivos específicos contemplados no Plano de Atividades do CAO.	CNBC	Bissemanal	PCAND e Junta de Freguesia de Oeiras	R
Ginástica adaptada		CNBC	Diário		R
Slalom		CNBC	Semanal	PCAND e Junta de Freguesia de Oeiras	R
Terapia da Fala		CNBC	Diário		R

(Quadro 10)

8 – PROCESSO DO LAR RESIDENCIAL – LR

8.1 – INTRODUÇÃO

Este Processo estabelece regras gerais para o desempenho de todas as atividades associadas à resposta social, nomeadamente candidatura e inscrição de clientes, admissão e avaliação diagnóstica, avaliação das necessidades e potenciais do cliente, elaboração/ implementação/ monitorização do PDI, atividades socialmente úteis, atividades de inclusão, cuidados em situação de emergência, administração terapêutica, alimentação e transporte de clientes.

8.1.1 – OBJETIVOS ESTABELECIDOS

Objetivo	Objetivo	Objetivo	Objetivo	Objetivo	Objetivo	Objetivo	Objetivo	Objetivo	Objetivo
Lar Residencial (LR)	OE5	OE7	1	Melhorar a comunicação e inter-relação entre os vários funcionários	≥	1		Realizadas reuniões de equipa e de sensibilização entre os colaboradores dos diferentes equipamentos	

Processos	Objetivos Estratégicos	Objetivos nº	Objetivos Operacionais	Métrica	Resultados	
Lar Residencial (LR)	OE2	2	Prestar a correta administração terapêutica	≤	2	Preenchimento e atualização do Mod. PLR Medicação e Indicação Terapêutica
	OE2 OE3 OE4 OE5	3	Cumprir com o Plano Anual de Atividades	≥	80%	Realizadas as atividades contempladas no plano anual de atividades, elaboração dos relatórios trimestrais de gestão e do relatório anual de atividades
	OE2 OE2	4	Elaborar e Cumprir o Plano Individual	≥	80%	Preenchimento do Plano Individual e sua atualização Revisão
				≥	80%	Atendimento e acompanhamento Individual ao Cliente

(Quadro 11)

8.1.2 – LOCALIZAÇÃO E ATIVIDADES DOS LARES RESIDENCIAIS

Localização	Atividades
- Casa de Benfica - CB	7
- Centro Nuno Belmar da Costa - CNBC	29
- Centro Nuno Krus Abecasis - CNKA	22
- Casa Dr. José de Azeredo Perdigão - CJAP	24

(Quadro 12)

V
 AC
 J

ATIVIDADE	OBJETIVOS	LOCAL DE REALIZAÇÃO	DATA DE REALIZAÇÃO	PARCEIRAS	REALIZADO (SIM/NÃO REALIZADO (NM))
Atividades de Vida Diária (Cuidados de Higiene, Cuidados de Imagem, Apoio nas Refeições, Administração terapêutica)	Objetivos específicos congratulados no Plano de Atividades do Lar.	CB CNBC CNKA CJAP	Diário		R
Atividades Instrumentais de Vida Quotidiana (tratamento de roupas, apoio na aquisição de bens e serviços, acompanhamento ao exterior, transporte)		CB CNBC CNKA CJAP	Diário		R
Atendimento psicológico		CB CNBC CNKA CJAP E7O	Diário		R
Atendimento social		CB CNBC CNKA CJAP E7O	Sempre que solicitado ou sempre que necessário		R
Acompanhamento de Fisioterapia		CNBC CNKA CJAP	Diário		R
Acompanhamento de Terapia Ocupacional		CB CNBC CNKA E7O	Diário	Mapevertical; Ergométrica; Ortomédical; Nívelfarma; Siorto; Boavista Solution; PCAND;	R
Prática Desportiva		CNBC	Diário	Federação de Desporto; Junta de Freguesia de Oeiras e São Julião da Barra; ADO;	R

ATIVIDADE	OBJETIVOS	LOCAL DE REALIZAÇÃO	DATA DE REALIZAÇÃO	PARCELIAS	REALIZADO (R) NÃO REALIZADO (NR)
Acompanhamento de Enfermagem	Objetivos específicos congratulados no Plano de Atividades do Lar.	CNBC CNKA CJAP	Diário	ACES Oeiras; HSFX; HEM; ACES Odivelas; ACES Lumiar; H.Sta. Maria	R
Reuniões de Equipa Técnica		CB CNBC CNKA CJAP	Semanal Mensal		R
Reuniões com os Clientes		CB CNBC CNKA CJAP	Semanal Mensal		R
Reuniões com auxiliares		CB CNBC CNKA CJAP	Mensal		R
Reuniões com famílias/significativos		CB CNBC CNKA CJAP	Anual ou sempre que necessário		R
Voluntariado		CB CNBC CNKA CJAP	De acordo com a disponibilidade dos voluntários	Coração Amarelo e Banco Local de Voluntários de Oeiras, Lisboa, Odivelas;	R
Saídas Culturais / Lazer		CB CNBC CNKA CJAP	Durante o ano	Parcelas com diversos parceiros	R
Comemorações de Aniversários e Datas Festivas		CB CNBC CNKA/CJAP	Durante o ano		R

Al
Jo

ATIVIDADE	OBJETIVOS	LOCAL DE REALIZAÇÃO	DATA DE REALIZAÇÃO	PARCERIAS	REALIZAÇÃO (R) NÃO REALIZADO (NR)
Conservação e manutenção do espaço	Objetivos específicos congratuados no Plano de Atividades do Lar.	CB CNBC CNKA CJAP	Diário		R
Compra/receção/conservação/armazenamento de produtos de limpeza e consumíveis		CB CNBC CNKA CJAP	Diário Mensal		R
Banco alimentar, Banco de Bens doados e PCAAC		BA Lisboa	Dias combinados com os vários Parceiros	Entrajuda Banco Alimentar Lisboa	R
Feiras/ vendas		Diversos locais	De acordo com a disponibilidade dos parceiros	Voluntários Diversas entidades organizadoras de eventos	R
Snõezelen		CNBC CNKA	Todas as 4ª e 5ª feiras Semanalmente		R
Formação AAD's		CNBC CNKA CJAP CB	1 por trimestre		R
Estórias Partilhadas		CNKA	Mensalmente		R
Elaboração de ementas e confeção de refeições		CB CNBC CNKA CJAP	Semanal		R
Programa de verão (agosto)		CB CNBC CNKA CJAP	CB CNBC CNKA CJAP		R

(Quadro 13)

9 – PROCESSO DO CENTRO DE EQUITACÃO TERAPÊUTICA (CET)

9.1 – INTRODUÇÃO

Este Processo estabelece regras gerais para o desempenho de todas as atividades associadas à resposta social, nomeadamente candidatura e inscrição de clientes, admissão e avaliação diagnóstica, avaliação das necessidades e potenciais do cliente, elaboração/ implementação/ monitorização do PIT.

9.1.2 - OBJETIVOS ESTABELECIDOS

Processo	Objetivo	Estratégia	Objetivo Operacional	Meta	Indicador	Instrumento	Ordem da Sequência	Resultado
Processo Centro de Equitação Terapêutica - CET	OE6 OE4 OE1	1	Promoção do Centro de Equitação Terapêutica e da Abordagem Terapêutica	3 = por ano	Número de Ações de Divulgação sobre a Equitação com fins Terapêuticos	Anual Patrícia Pinote	PAA	Realizado
				5 = por ano	Número de trabalhos académicos e científicos auxiliados pela equipa do Centro		PAA	
				5 = por ano	Número de estágios com universidades		PAA Protocolos das Universidades	
				3 ≤ por ano	Número de eventos de equitação desportiva adaptada		PAA	

Processos	Objetivos Estratégicos	Objetivos Operacionais	Meta	Indicador	Frequência	Responsável	Diário de Suporte	Resultado
Processo Centro de Equitação Terapêutica - CET	OE6 OE5	2	Angariação de Patrocínios / Financiamentos	≥ 2	Número de patrocínios/donativos/ financiamentos por ano	Anual	Mod. lista de Patrocinadores	Realizado
	OE5	3	Melhorar as condições estruturais do Centro de Equitação	= 100 %	Existência da passadeira para acesso a cadeira de rodas do estacionamento até à tenda	Anual	Tratamento Estatístico Inquéritos de Satisfação das Famílias, Relatório Anual de Atividades PAA	Não Realizado
	OE3	4	Obter Acreditação da Equipa Técnica	= 1	Renovação do piso da Casa de Apoio ao Picadeiro	Anual	Patricia Pinote	Realizado
	OE1 OE2 OE5	5	Cumprir o Plano Individual do Cliente	< 40 %	Certificação do Auxiliar Tratador	Anual	Plano de Formação	Realizado
	OE2	6	Obter um elevado grau de satisfação das Famílias	≥ 80 %	Percentagem de Objetivos Não Alcançados	Anual	Mod.PCET. 02/1Mod.P CET.07/1	Realizado
	OE7	7	Realizar a revisão do mapa de processo	= 100 %	Grau de Satisfação dos Clientes	Anual	Mod.PCET. 29/0	Em curso
							MP.07/1	Em curso

(Quadro 14)

Nota: Para consulta mais detalhada poderá ser consultado o relatório parcial.

9.1.3 – RESUMO GERAL

O Centro de Equitação continua a funcionar oficialmente desde Janeiro 2001, mantendo as suas instalações na Sociedade Hípica Portuguesa (SHP), bem como a parceria estabelecida, apesar de em Julho deste ano se ter realizado uma enorme reestruturação da mesma. O Horário de atendimento deste centro continua das 8:30 às 19:00, sendo que encerra às segundas de manhã, sábados e Domingos e que o encerramento para almoço é das 13:00 às 14:00. No quadro abaixo encontra-se a carga horária realizada pelos técnicos no Centro de Equitação. Na restante carga horária, a Fisioterapeuta e uma das Terapeutas Ocupacionais encontram-se a colaborar com o Projeto Centro de Recursos para a Autonomia. A Técnica Superior de Educação Especial e Reabilitação continua a colaborar no Centro de Atividades Aquáticas.

Atividade	2016-2017	2017	2018	2019	2020	Total
Hipoterapia	11	6	4	3	3	27
Equitação Terapêutica	9	10	9	4	4	36
Equitação Adaptada				1	1	2
Total	20	16	13	8	8	65

(Quadro 15)

10 – PROCESSO DO CENTRO DE ATIVIDADES AQUÁTICAS – CAA

10.1 – INTRODUÇÃO

Este Processo estabelece regras gerais para o desempenho de todas as atividades associadas à resposta social, nomeadamente candidatura e inscrição de clientes, admissão e avaliação diagnóstica, avaliação das necessidades e potenciais do cliente, elaboração/ implementação/ monitorização do PDI.

10.1.2 – OBJETIVOS ESTABELECIDOS

Processo	Objetivos	Indicadores	Resultados
Centro de Atividades Aquáticas (PCAA)	OE5 1	Aumentar a capacidade de resposta do serviço através da Parceria com a Câmara Municipal de Lisboa	20 Em 2016 a capacidade de resposta do Centro de Atividades Aquáticas aumentou relativamente a 2015, sendo que não foram atingidos os 20% de aumento. A parceria com a Câmara Municipal de Lisboa (CML) apenas se concretizou na utilização do espaço da piscina para a realização das atividades. Ter-se-ia previsto um aumento mais considerável em função da parceria ser mais abrangente, o que não chegou a acontecer.
			10 O horário do Centro de Atividades Aquáticas foi alargado, tendo-se conseguido horários nobres (18:00-20:00), os quais ficaram imediatamente preenchidos. O restante horário, com o apoio da CML também foi alargado, mas nem sempre totalmente preenchido.
			5 O CAA tem vindo a colaborar cada vez mais em iniciativas comunitárias, referentes ou não a eventos de parceiros. Destacam-se em 2016 a participação ativa em: - Todas as 5 Festas de Encerramento do Programa de Apoio à Natação Curricular para alunos com necessidades educativas especiais, - Participação no Dia da Pessoa com Deficiência, promovido pela CML; - III Encontro de Natação Adaptada no Jamor; - Participação no OpenDay especial de Natal do Health Club Solinca; - Reportagem televisiva da TVI, inserida na divulgação do Concerto Solidário APCL, em que foi entrevistada uma mãe de um jovem da natação adaptada do CAA.

Projetos	Objetivos Estratégicos	Objetivos Operacionais	Quantidade	Meta	Resultados
Centro de Atividades Aquáticas (PCAA)	OE6	2		2 por ano	Foram estabelecidas parcerias importantes, para além da CML e da Junta de Freguesia de Santa Clara, com a Empresa Jerónimo Martins, permitindo divulgar mais a APCL e o CAA e aumentar o número de alunos. Este objetivo foi cumprido, tendo aumentado bastante face a anos anteriores, contudo, deverá continuar a ser um objetivo de verdadeira importância para 2017.
	OE1 OE2 OE5	3		4	No que respeita à parceria com Entidades de Ensino Superior, no ano letivo 2015/2016 iniciou-se parceria com a Faculdade de Motricidade Humana, no que diz respeito ao acompanhamento de um Estágio Curricular de Licenciatura. A decorrer de forma satisfatória, num futuro, poder-se-á alargar para estágio de Mestrado (maior número de horas de intervenção), ou maior número de alunos a orientar.
	OE1 OE2 OE5	3		85	Este é um objetivo fundamental para que o nosso trabalho se desenvolva e para que possa ir de encontro às expectativas e necessidades dos clientes. A monitorização constante dos objetivos e a necessidade de encontrar estratégias para os objetivos não atingidos é fundamental. Também para a concretização deste objetivo é importante não esquecer a necessidade de constante pesquisa bibliográfica quer sobre as diversas patologias quer sobre as metodologias de intervenção.
	OE2	4			Em curso e análise
	OE2	5		100	O Protocolo foi cumprido na totalidade e com elevado grau de satisfação por parte dos parceiros relativamente ao trabalho realizado pela APCL nas diferentes vertentes: Intervenção direta com clientes, transporte e apoio nas AVD's.

(Quadro 16)

11 – PROCESSO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL (PFP)

11.1 – INTRODUÇÃO

Este Processo estabelece as regras gerais para o desempenho de todas as atividades associadas à Formação Profissional desde a fase de Inscrição, Avaliação, Seleção, Desenvolvimento e estabelecimento de protocolos com entidades para Estágios Curriculares.

11.1.2 – OBJETIVOS ESTABELECIDOS

				Objetivos Quantitativos	Meta	Realização
Formação Profissional - FP	OE1	1	Manter sempre ocupadas as vagas previstas em candidatura	=	35	46
	OE2	2	Executar o volume de horas de formação previstas em candidatura	≥	80%	83%
	OE2	3	Promover a realização de reuniões semestrais com todos os formandos para identificar, compreender e antecipar as suas necessidades criando registo das mesmas	≥	1	2
	OE1	4	Manter e desenvolver novas parcerias com organismos públicos e privados com vista ao estabelecimento de protocolos de cooperação para a colocação de formandos na formação em contexto de trabalho	=	100%	100%

Processos Objetivos Estratégicos Objetivos 10	Objetivos Operacionais	Metas	Realizações
Formação Profissional - FP	OE2 5	Realizar formação em contexto de trabalho, para os formandos que concluem a formação em sala	100%
		100%	100%
		0%	0%
	OE2 6	Promover a conclusão dos percursos individuais de formação	80%
		10%	41%
		10%	25%
	OE2 7	Promover a avaliação da atividade formativa	80%
		80%	77%

(Quadro 17)

11.1.3 – RESUMO

O ano de 2016 foi um ano extremamente complexo do ponto de vista da organização da atividade formativa, desde a organização pedagógica da estrutura das respostas e da respetiva execução de cada uma, como do próprio financiamento do projeto.

Começamos o ano com a suspensão das ações face a inexistência de informação das candidaturas que deveriam ter acontecido no decorrer do ano anterior e de respostas

por parte das entidades tutelares que nunca chegaram. Neste contexto e após um esforço tremendo do Fórum para a Integração Profissional onde participamos ativamente, foi possível no final do mês de Janeiro, através de uma Resolução de Conselho de Ministros, e tomar as ações de formação com a garantia de financiamento até ao final do mês de Março, altura em que as candidaturas estariam finalizadas.

Tal situação só se verificou no final do mês Setembro, altura em que foi possível regularizar o pagamento das bolsas e os pagamentos aos formadores em regime de prestação de serviços. As dificuldades sentidas durante 2016, não se restringiram à organização financeira do projeto formativo. Também do ponto de vista pedagógico, com condições e regras novas impostas pela medida de Qualificação de Pessoas com Deficiência e Incapacidades para Lisboa e Vale do Tejo obrigou à reformulação de programas formativos com prejuízo dos candidatos a novas formações verem-se privados de percursos de dupla certificação.

As características da população que procura esta resposta formativa, continua, no seguimento dos últimos anos, a apresentar situações complexas do ponto de vista social, com carências económicas e afetivas graves. Também têm entrado na formação pessoas com patologias do foro mental, que durante o processo de seleção apresentam condições para acompanhar os respetivos processos formativos, no entanto, no desenrolar das ações, e apesar dos esforços em proporcionar um acompanhamento próximo com criação de redes junto de outras entidades por parte da equipa formativa, não conseguem se manter na formação. Aditivado a instabilidade acima relatada, originou um número de desistências anormal no processo formativo.

Não podemos deixar de realçar o empenho do conjunto de formadores que assegurou a continuidade do projeto formativo apesar de todos os condicionalismos existentes de forma atingir até ao final de 2016 uma execução de cerca de 83% das horas programadas.

No seguimento do acontecido durante 2015, voltou a ser impossível procedermos às melhorias na estrutura formativa, nomeadamente na melhoria dos recursos técnicos (computadores) e humanos, por forma a proporcionar um ambiente estável e um acompanhamento próximo e permanente a cada formando, durante a sua formação teórica e prática.

12 – PROCESSO DA CRECHE (PCR)

12.1 – INTRODUÇÃO

Este Processo estabelece regras gerais para o desempenho de todas as atividades associadas à resposta social, nomeadamente candidatura e inscrição de clientes, admissão e avaliação diagnóstica, avaliação das necessidades e potenciais do cliente, elaboração/ implementação/ monitorização do PDI.

12.1.1 – OBJETIVOS ESTABELECIDOS

Processo	Objetivos	Sub-objetivos	Quantidade Operacional	Mens	Realizado
Creche	OE2	1	Receber/ efetuar Inscrições para Creche identificando necessidades e expetativas dos clientes	=	100%
	OE2	2	Elaborar/ Organizar Processo Individual do Cliente	≥	90%
	OE3	3	Criar Metodologia de Trabalho	≥	80%

(Quadro 18)

12.1.3 – OUTRAS ATIVIDADES

ATIVIDADE	OBJETIVOS	LOCAL DE REALIZAÇÃO	DATA DE REALIZAÇÃO	PARCERIAS	REALIZADO OU NÃO REALIZADO (%)
Dia Reis	Promover a tradição dos reis de forma Lúdica e criativa.	CJAP	6 de Janeiro		R
Camaval	Valorizar a tradição; Promover o Faz-de-conta.	CJAP	5 de Fevereiro		R
Dia do Pai	Valorizar os laços familiares; valorizar o papel do pai na família.	CJAP	18 de Março		R
Páscoa	Fomentar o gosto pela cultura e tradições da Páscoa.	CJAP	23 de Março		R
Dia da Mãe	Valorizar os laços familiares; Valorizar o papel da mãe na Família.	CJAP	29 de Abril		R
Dia Mundial da Criança	Promover a autoestima e valorização pessoal; ser sensível para o valor de cada individuo, bem como valorizar sentimentos de amizade e solidariedade.	CJAP	1 de Junho		R
Festa Final do Ano	Partilhar experiências entre todas as valências; Festejar mais um ciclo que termina.	CJAP	Junho		R
Dia Nacional Parálisa Cerebral	Divulgar e comemorar um dia tão importante para a APCL.	CJAP	20 de Outubro		R
São Martinho	Conhecer e participar em festejos, tradições e costumes do seu meio.	CJAP	11 de Novembro		R
Dia Mundial da Deficiência	Sensibilizar para a Diferença.	CJAP	03 de Dezembro		R
Festa de Natal	Vivenciar as tradições natalícias.	CJAP	Durante o mês de Dezembro		R
Presente de Natal	Exploração das características e tradições da época; construção de elementos natalícios.	CJAP	Durante o mês de Dezembro		R

(Quadro 19)

13 – PROCESSO DO SERVIÇO DE APOIO DOMICILIÁRIO (PSAD)

13.1 – INTRODUÇÃO

A Associação de Paralisia Cerebral de Lisboa tem em funcionamento a Resposta Social Serviço de Apoio Domiciliário - SAD no Equipamento Social CJAP - Centro Dr. José de Azeredo Perdigão com capacidade para 100 clientes e Acordo de Cooperação para 28 clientes.

Os principais Serviços Prestados:

- 1 - Higiene Pessoal;
- 2 - Alimentação;
- 3 - Higiene Habitacional;
- 4 - Tratamento de Roupas;
- 5 - Apoio Psicossocial;

13.1.1 – OBJETIVOS ESTABELECIDOS

No ano de 2016 foram estabelecidos os seguintes objetivos:

- Ajustar o número de clientes ao número previsto no Acordo de Cooperação (28 clientes, com número de serviços pré-estabelecidos);
- Melhorar o serviço, indo de encontro às necessidades do cliente;
- Implementar o Serviço de Apoio Psicossocial;

Programa	Objetivos	Indicadores	Objetivos Operacionais	Meta	Resultados
SAD	OE1 OE3 OE4 OE7 OE8	1	Divulgar o Serviço de Apoio Domiciliário junto da comunidade local.	≥ 30%	Realizado
	OE2 OE4 OE8	2	Elaborar/Organizar o Processo Individual do cliente.	≤ 80%	Realizado
	OE2 OE4	3	Apoiar o cliente na satisfação das AVD's, de acordo com os objetivos do PI.	≥ 90%	Realizado

(Quadro 20)

13.1.2 – RESUMO

No ano transato o Serviço de Apoio Domiciliário sofreu alterações significativas de acordo com as novas regras de funcionamento do serviço, sendo a principal alteração, o valor da comparticipação a ser paga, não por número de clientes, mas por número de serviços contratualizados. Com a adaptação do serviço à nova realidade, o resultado foi positivo.

Foi ainda implementado o serviço de apoio psicossocial, com a intervenção da psicóloga e da técnica de serviço domiciliário, junto de clientes em risco de isolamento social, emocionalmente deprimidos ou até, apoio no âmbito do cuidador. Este serviço tem tido um feedback positivo por parte dos clientes/significativos.

14 – PROCESSO DE RECURSOS HUMANOS – RH

14.1 – INTRODUÇÃO

Este Processo engloba todas as atividades e áreas relacionadas com os Recursos Humanos da APCL, desde do Recrutamento e Seleção de colaboradores, Processamento de Salários, Gestão das Férias, Gestão da Formação, Avaliação de Desempenho dos Recursos Humanos da Instituição e Avaliação da Satisfação dos Colaboradores.

14.1.1 – OBJETIVOS ESTABELECIDOS

Processo		Objetivos Estabelecidos		Indicador	Realização
Recursos Humanos (PRH)	OE2 OE3 OE5	1	Cumprir com o Plano de Formação	≥ 90%	Realizado
	OE2 OE3 OE5	2	Obter níveis de desempenho dos colaboradores elevados	≥ 4 ≥ 1	Em curso
	OE2 OE3 OE5	3	Reduzir o número de absentismo dos colaboradores	≥ 70%	Em curso
	OE2 OE3 OE5	4	Obter elevada taxa de satisfação dos colaboradores	≥ 80%	Em curso
	OE5	5	Melhorar a comunicação entre os diferentes serviços, planificação de horários e discussão	≥ 1	Realizado

(Quadro 21)



15 – PROCESSO DE MANUTENÇÃO (PM)

15.1 – INTRODUÇÃO

Este Processo assegura as atividades de manutenção das instalações (incluindo também a higienização e limpeza), dos Equipamentos/Equipamentos Sociais e das viaturas utilizadas pelas valências da Instituição, nomeadamente a Manutenção das Instalações e Equipamentos, Higienização e Limpeza das Instalações e Equipamentos, Desinfestação das Instalações, Calibração dos Equipamentos de Medição e Monitorização e Gestão da Frota e Transportes.

15.1.1 – OBJETIVOS ESTABELECIDOS

Processo				Objetivos Operacionais	Índice	Resultados
Manutenção	PM	1	Rápida resposta às solicitações de manutenção	≥	60%	Realizado
	OE5	2	Efetuar todos os registos de limpeza	≤	1	Realizado
	OE5	3	Identificação de todos os Equipamentos	≥	60%	Em curso

(Quadro 22)

16 – PROCESSO DE APROVISIONAMENTO (PA)

16.1 – INTRODUÇÃO

Este Processo estabelece as regras gerais para as atividades desenvolvidas pelo Aprovisionamento, nomeadamente aquisição de bens e serviços, controlo à receção, tratamento de reclamações a fornecedores, avaliação de fornecedores e Gestão/Controlo de Stocks.

16.1.1 – OBJETIVOS ESTABELECIDOS

Processos	Objetivos Estratégicos	Objetivos Operacionais	Meta	Resultados	
Aprovisionamento	OE4	1	Uniformização da Aquisição de Bens e Serviços.	≥ 80%	Realizado
	OE5	2	Cumprir com o Controlo à receção de bens e serviços	≤ 80%	Realizado
	OE6	3	Avaliação dos Fornecedores	≥ 80%	Em curso

(Quadro 23)

17 – PROCESSO DAS RESIDÊNCIAS AUTÓNOMAS (RA)

17.1 – INTRODUÇÃO

Este Processo estabelece regras gerais para o desempenho de todas as atividades associadas à resposta social, nomeadamente candidatura e inscrição de clientes, admissão e avaliação diagnóstica, avaliação das necessidades e potenciais do cliente, elaboração/ implementação/ monitorização do PI.

As Residências Autónomas estão localizadas no Centro Dr. José de Azeredo Perdigão, sendo que cada tem a capacidade para 5 clientes.

17.1.1 – OBJETIVOS ESTABELECIDOS

Processo	Objetivos Estratégicos	Objetivos Operacionais	Métrica	Indicador	Frequência	Frequência	Fonte de Suporte	Realizado
RA-Residências Autônomas	OE2 OE4 OE8	1	Elaborar/Organizar o Processo Individual do Cliente	$\geq 80\%$	Percentagem PI elaborados	Anual	Mod.PRA.15 /0	Realizado
	OE2	2	Prestar a correta administração terapêutica	≤ 2	Número de falhas detetadas relativas à má administração terapêutica	GPRA	Mod.PGM.0 6 - PACP	Realizado
	OE2 OE3 OE4 OE5	3	Cumprir com o Plano Anual de Atividades	$\geq 85\%$	Taxa de cumprimento do PAA (número de atividades executadas/número de atividades planeadas, por objetivo) *100)	Anual	Plano Anual de Atividades	Realizado
	OE2 OE2	4	Elaborar e Cumprir o Plano Individual	$\geq 85\%$	Taxa de realização dos PI Taxa de cumprimento do PI ((número de ações executadas/número de ações planeadas, por objetivo) *100)	GPRA	Mod.PRA.18 - Plano Individual	Realizado

(Quadro 24)

18 – ÁREA DE ANIMAÇÃO

A Área de Animação realizou diversas atividades internas e externas, visando o contacto com outras entidades por forma a proporcionar aos seus clientes novas experiências sempre relacionadas com as suas necessidades e expectativas individuais.

19 – OUTRAS ATIVIDADES

19.1 – ACORDO ATÍPICO CRPCCG

Pessoal - 2 Fisioterapeutas;

2 Terapeutas Ocupacionais;

3 Motoristas de pesados;

5 Ajudantes de Ação Educativa a tempo pleno;

40 Ajudantes de Ação Educativa a meio tempo;

Viaturas - 5 Viaturas adaptadas com elevador para transporte de pessoas com mobilidade condicionada.

Serviços – Apoio Técnico, logístico e administrativo.

19.2 – CIM – COMPANHIA INTEGRADA MULTIDISCIPLINAR

A CIM, Companhia Integrada Multidisciplinar, nasceu em 2007, a partir do projeto Mode H, criado especificamente para participar no Festival Europeu de Moda Adaptada para Pessoas com Deficiência, que se realizou em Tours - França. Para o início do projeto da CIM foi criada uma parceria entre as associações, APCL – Associação de Paralisia Cerebral de Lisboa, Associação Vo'Arte e o CRPCCG – Centro de Reabilitação de Paralisia Cerebral Calouste Gulbenkian.

A parceria mantém-se e assumiu novos compromissos por parte da direção artística e executiva, com os intérpretes, técnicos e instituições, e sobretudo para com o público, para novas motivações, desafios e na constante reflexão da arte associada à pessoa com necessidades especiais, como meio integrador e de desenvolvimento de competências.

19.3 – RECREAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

19.3.1 – DESPORTO (D)

A área de Desporto da APC LISBOA em parceria com o CRPCCG – URISO realizou um conjunto de atividades desportivas desenvolvidas durante ano de 2016. Tem como Recursos Humanos afetos ao desporto: 1ª Professora de educação física; 1º monitor de educação física; 1º ajudante de ação direta e 2 ajudantes de ação educativa.

Em 2016 participou em atividades desportivas de âmbito regional, nacional e internacional a diferentes níveis: alto rendimento, competição, recreação e lazer.

A APC LISBOA participou com atletas, na modalidade de Boccia (BC2) nos Jogos Paralímpicos RIO 2016, e Campeonato Nacional entre outros.

Alteração Contas

1ª Alteração da página 36 à 42, devidamente substituídas

Entidade: ASSOCIAÇÃO DE PARALISIA CEREBRAL DE LISBOA
 Balanço Individual em 31 Dez 2016

		EUROS	
		DATAS	
RUBRICAS	NOTAS	31 Dez 2016	31 Dez 2015
ATIVO			
Ativo não corrente:			
Ativos fixos tangíveis	5	15.637.637,89	16.024.438,60
Ativos intangíveis	6	0,00	0,00
Investimentos financeiros	17.1	9.841,31	5.667,94
		15.647.479,20	16.030.106,54
Ativo corrente:			
Clientes	17.3	10.452,90	28.671,78
Estado e outros entes públicos	17.10	10.039,68	6.796,77
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	17.2	1.039,67	1.039,67
Outras contas a receber	17.4	549.876,40	171.199,57
Diferimentos	17.5	5.397,08	22.586,43
Outros ativos financeiros	17.6	2.871,22	4.501,20
Caixa e depósitos bancários	17.7	68.066,01	69.875,07
		647.742,96	304.670,49
Total do Ativo		16.295.222,16	16.334.777,03
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
FUNDOS PATRIMONIAIS			
Fundos	17.8	575.579,75	575.579,75
Resultados transferidos	17.8	9.183.228,60	9.168.869,09
Outras variações no capital próprio	17.8	2.140.483,39	2.242.121,59
Resultado líquido do período		68.784,58	14.359,51
Total do fundo de capital		11.968.076,32	12.000.929,94
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Provisões	11	0,00	32.250,00
Financiamentos obtidos	8	2.434.592,47	2.866.259,57
		2.434.592,47	2.898.509,57
Passivo corrente:			
Fornecedores	17.9	136.691,92	211.812,41
Adiantamento de clientes	17.11	270,68	270,68
Estado e outros entes públicos	17.10	208.548,83	246.488,96
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	17.2	11.714,66	28.215,43
Financiamentos obtidos	8	458.289,27	449.026,36
Diferimentos	17.5	568.363,76	22.179,34
Outras contas a pagar	17.11	508.674,25	477.344,34
		1.892.553,37	1.435.337,52
Total do passivo		4.327.145,14	4.333.847,09
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		16.295.222,16	16.334.777,03

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

Período findo em 31 Dez 2016

EUROS

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		31 Dez 2016	31 Dez 2015
Vendas e serviços prestados	10	855.680,37	808.437,46
Subsídios doações e legados à exploração	12	2.867.452,91	2.916.969,55
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	9	-127.351,57	-163.095,07
Fornecimentos e serviços externos	17.14	-563.773,86	-596.276,19
Gastos com o pessoal	15	-2.396.095,03	-2.426.645,44
Provisões (aumentos/reduções)	11	-80.516,47	0,00
Aumentos/reduções de justo valor	17.6	-1.629,98	-1.602,70
Outros rendimentos e ganhos	17.15	196.565,72	151.908,54
Outros gastos e perdas	17.16	-175.359,42	-104.862,25
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		574.972,67	581.584,87
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5 e 6	-385.447,71	-433.136,30
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		189.524,96	148.448,57
Juros e rendimentos similares obtidos		0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados		-120.740,38	-134.089,06
Resultado antes de impostos		68.784,58	14.359,51
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		68.784,58	14.359,51

Entidade: ASSOCIAÇÃO DE PARALISIA CEREBRAL DE LISBOA
 DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DE FLUXOS DE CAIXA
 Período findo em 31 Dez 2016

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS		EUROS
		31 Dez 2016	31 Dez 2015	
Fluxos de caixa das atividades operacionais - método directo				
Recebimentos de clientes		808.342,76	775.296,72	
Pagamentos a fornecedores		(572.473,28)	(769.319,19)	
Pagamentos ao pessoal		(2.429.854,52)	(2.428.964,72)	
Caixa gerada pelas operações		(2.193.985,04)	(2.422.987,19)	
Outros recebimentos/pagamentos		2.717.704,26	2.835.271,31	
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		523.719,22	412.284,12	
Fluxos de caixa das atividades de investimento				
<u>Pagamentos respeitantes a:</u>				
Ativos fixos tangíveis		(59.109,30)	(21.272,90)	
Investimentos financeiros		(562,12)	(2.370,05)	
<u>Recebimentos provenientes de:</u>				
Ativos fixos tangíveis		76.960,00		
Juros e rendimentos similares		326,43	2,36	
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		17.615,01	(23.640,59)	
Fluxos de caixa das atividades de financiamento				
<u>Recebimentos provenientes de:</u>				
Financiamentos obtidos		45.000,00	116.000,00	
Financiamentos obtidos		(467.404,19)	(397.195,20)	
Juros e gastos similares		(120.739,10)	(134.686,51)	
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		(543.143,29)	(415.881,71)	
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		(1.809,06)	(27.238,18)	
Efeito das diferenças de câmbio				
Caixa e seus equivalentes no início do período		69.875,07	97.113,25	
Caixa e seus equivalentes no fim do período	17.7	68.066,01	69.875,07	

Contabilista Certificado n.º 35356

A Direção



Handwritten signature or initials, possibly "H. Al. P. H. S."

Associação de Paralisia Cerebral de Lisboa - APCL

Anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados

2016

AR

Dns

Índice

1	Identificação da Entidade	4
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	4
3	Principais Políticas Contabilísticas	4
3.1	Bases de Apresentação	5
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração	6
4	Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:	10
5	Ativos Fixos Tangíveis	10
6	Ativos Intangíveis	10
7	Locações	11
8	Custos de Empréstimos Obtidos	12
9	Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas	12
10	Rédito	12
11	Provisões, passivos contingentes e activos contingentes	12
12	Subsídios e Apolos do Governo	13
13	Efeitos de alterações em taxas de câmbio	14
14	Imposto sobre o Rendimento	14
15	Benefícios dos empregados	14
16	Divulgações exigidas por outros diplomas legais	14
17	Outras Informações	15
17.1	Investimentos Financeiros	15
17.2	Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	15
17.3	Clientes e Utentes	15
17.4	Outras contas a receber	16
17.5	Diferimentos	16
17.6	Outros Ativos Financeiros	16
17.7	Caixa e Depósitos Bancários	16
17.8	Fundos Patrimoniais	17
17.9	Fornecedores	17
17.10	Estado e Outros Entes Públicos	17
17.11	Outras Contas a Pagar	17
17.12	Outros Passivos Financeiros	18
17.13	Subsídios, doações e legados à exploração	18
17.14	Fornecimentos e serviços externos	18

17.15 Outros rendimentos e ganhos	19
17.16 Outros gastos e perdas	19
17.17 Resultados Financeiros	19
17.18 Acontecimentos após data de Balanço	20

B AL

Plus

1 Identificação da Entidade

A "Associação de Paralisia Cerebral de Lisboa - APCL" é uma Instituição sem fins lucrativos, constituída por escritura pública a 30 de Outubro de 2003, com registo definitivo como Instituição de solidariedade Social (IPSS) com estatutos publicados no Diário da República n.º299 de 23 de Dezembro de 2004, Série III, sito em Avenida Rainha D. Amélia – Lumiar 1600-676 Lisboa. Tem como missão, apoiar e proporcionar tranquilidade às pessoas com paralisia cerebral e situações neurológicas afins e suas famílias, através do desenvolvimento máximo das suas capacidades, visando a concretização dos seus projectos de vida e o pleno exercício da cidadania.

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2015 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de Março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de Março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de Março;
- Normas Interpretativas (NI)

A adopção da NCRF-ESNL ocorreu pela primeira vez em 2012, pelo que à data da transição do referencial contabilístico anterior (Plano de Contas das Instituições Particulares de Solidariedade Social) para este normativo é 1 de Janeiro de 2011, conforme o estabelecido no § 5 Adopção pela primeira vez da NCRF-ESNL.

3 Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

H
AR
Dms

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);

3.1.1 Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da actividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2 Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento), sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respectivas contas das rubricas "Devedores e credores por acréscimos" e "Diferimentos".

3.1.3 Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, excepto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4 Materialidade e Agregação

A relevância da informação é afectada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material, se a sua omissão ou inexactidão influenciar as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5 Compensação

Devido à importância dos activos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6 Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afectadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Ativos Fixos Tangíveis

Os "Ativos Fixos Tangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos directamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade. As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estejam em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As aquisições gratuitas têm como contrapartida a conta "Variações nos fundos patrimoniais".

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	-
Edifícios e outras construções	3 a 50
Equipamento básico	1 a 7
Equipamento de transporte	1 a 5
Equipamento biológico	-
Equipamento administrativo	1 a 9
Outros Ativos fixos tangíveis	3 a 6

3.2.2 Ativos Intangíveis

Os "Ativos Intangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de serem utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Projetos de Desenvolvimento	-
Programas de Computador	3
Propriedade industrial	-
Outros Ativos Intangíveis	-

3.2.3 Instrumentos Financeiros

Os activos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento. Estes encontram-se mensurados ao custo ou ao justo valor.

Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores, beneméritos, patrocinadores, doadores, associados e membros que se encontram com saldo no final do

período e sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Clientes e outras contas a receber

Os "Clientes" e as "Outras contas a receber" encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, por forma a retratar o valor realizável líquido.

As "Perdas por Imparidade" são registadas na sequência de eventos ocorridos que apontem de forma objectiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respectivo valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados, que será nula quando se perspectiva um recebimento num prazo inferior a um ano. Estas rubricas são reflectidas no Balanço no ativo.

Outros ativos e passivos financeiros

Os Instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Caixa e depósitos bancários

A rubrica "Caixa e depósitos bancários" incluem caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em "Fornecedores" e "Outras contas a pagar" são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.4 Fundos Patrimoniais

A rubrica "Fundos" constitui o Interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os "Fundos Patrimoniais" são compostos por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- Fundos acumulados e outros excedentes;
- Subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.5 Provisões

8 de
Jun

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam reflectir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo englobando benefícios económicos não seja remota. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

3.2.6 Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os "Empréstimo Obtidos" encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os "Encargos Financeiros" são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica "Juros e gastos similares suportados".

3.2.7 Estado e Outros Entes Públicos

O Imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este inclui as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;
- b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;
- c) As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente."

4 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não aplicável.

5 Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2015 e de 2016, evidenciando as adições, os abates e as alienações, as depreciações e outras variações, foram desenvolvidas de acordo com as seguintes tabelas:

31 DE DEZEMBRO DE 2015							
ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	Terrenos e Recursos Naturais	Edifícios e Outras Construções	Equipamento Básico	Equipamento de Transporte	Equipamento Administrativo	Outros Ativos	Total
ATIVOS							
Saldo Inicial	3.326.071,04	14.428.464,05	1.094.569,61	297.579,36	294.334,32	49.051,23	19.590.047,61
Aquisições	0,00	13.104,93	41.758,13	10.500,00	1.032,46	0,00	66.395,52
Outras Variações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldo Final	3.426.071,04	14.441.568,98	1.136.327,84	308.079,36	295.366,78	49.051,23	19.656.465,23
DEPRECIAÇÕES ACUMULADAS							
Saldo Inicial	0,00	1.558.317,11	1.016.114,19	298.117,37	283.735,13	47.671,21	3.203.977,01
Depreciações do Exercício	0,00	3.778.010,06	33.289,73	7.875,00	8.721,85	352,92	428.049,52
Outras Variações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldo Final	0,00	5.336.327,17	1.049.403,92	305.992,37	292.456,98	48.024,13	6.632.026,63
ATIVO LÍQUIDO	3.426.071,04	9.105.241,81	86.923,92	2.086,99	2.909,80	1.025,04	16.024.438,60

31 DE DEZEMBRO DE 2016							
ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	Terrenos e Recursos Naturais	Edifícios e Outras Construções	Equipamento Básico	Equipamento de Transporte	Equipamento Administrativo	Outros Ativos	Total
ATIVOS							
Saldo Inicial	3.426.071,04	14.441.568,98	1.136.327,84	308.079,36	295.366,78	49.051,23	19.656.465,23
Aquisições	0,00	0,00	1.712,00	0,00	0,00	600,00	2.312,00
Outras Variações	1.050,00	3.150,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.200,00
Saldo Final	3.425.021,04	14.438.428,98	1.138.039,84	308.079,36	295.366,78	49.651,23	19.654.587,23
DEPRECIAÇÕES ACUMULADAS							
Saldo Inicial	0,00	5.336.327,17	1.049.403,92	305.992,37	292.456,98	48.024,13	6.632.026,63
Depreciações do Exercício	0,00	349.805,82	30.268,79	2.086,99	2.740,10	530,01	385.447,71
Outras Variações	0,00	525,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-525,00
Saldo Final	0,00	5.685.658,99	1.079.672,71	308.079,36	295.206,08	48.554,20	7.016.949,34
ATIVO LÍQUIDO	3.425.021,04	8.752.769,99	50.367,13	0,00	163,70	1.097,03	15.637.637,89

6 Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2015 e de 2014, foram desenvolvidas de acordo com as seguintes tabelas:

31 DE DEZEMBRO DE 2015					
ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	Projetos de Desenvolvimento	Programas de Computador	Propriedade Industrial	Outros Ativos Fijos Intangíveis	Total
ATIVOS					
Saldo Inicial	0,00	15.257,00	0,00	0,00	15.257,00
Aquisições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Variações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldo Final	0,00	15.257,00	0,00	0,00	15.257,00
DEPRECIACÕES ACUMULADAS					
Saldo Inicial	0,00	10.170,32	0,00	0,00	10.170,32
Depreciações do Exercício	0,00	5.086,68	0,00	0,00	5.086,68
Outras Variações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldo Final	0,00	15.257,00	0,00	0,00	15.257,00
ATIVO LÍQUIDO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

31 DE DEZEMBRO DE 2016					
ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	Projetos de Desenvolvimento	Programas de Computador	Propriedade Industrial	Outros Ativos Fijos Intangíveis	Total
ATIVOS					
Saldo Inicial	0,00	15.257,00	0,00	0,00	15.257,00
Aquisições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Variações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldo Final	0,00	15.257,00	0,00	0,00	15.257,00
DEPRECIACÕES ACUMULADAS					
Saldo Inicial	0,00	15.257,00	0,00	0,00	15.257,00
Depreciações do Exercício	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Variações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldo Final	0,00	15.257,00	0,00	0,00	15.257,00
ATIVO LÍQUIDO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

7 Locações

A Entidade não detém ativos adquiridos com recurso a locação financeira.

8 Custos de Empréstimos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

	2016		2015	
	Montante Utilizado		Montante Utilizado	
	Corrente	Não Corrente	Corrente	Não Corrente
Empréstimo Novo Banco n.º 0770027116	195.390,46	1.220.790,16	190.460,20	1.406.358,57
Empréstimo Novo Banco n.º 0770049006	181.764,88	848.243,16	181.764,00	1.030.001,00
Empréstimo Montepio Geral n.º 00361002149	70.498,63	340.742,99	38.080,00	412.000,00
Empréstimo Montepio Geral - Livrança	10.635,30	24.816,16	35.100,00	17.800,00
Descobertos Bancários	0,00	-	3.702,16	-
Totais	458.289,27	2.434.592,47	449.026,36	2.866.259,57

A 31 de dezembro de 2016 o plano de reembolso dos empréstimos, perspectivado para o período de 2017 ascende a 458.289,27 euros.

9 Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas

Em 31 de Dezembro de 2016 a rubrica "Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas" apresentava os seguintes valores:

	2016	2015
Existências Iniciais	0,00	0,00
Compras	127.351,57	163.095,07
Regularização Existências	0,00	0,00
Existências Finais	0,00	0,00
Custo do Exercício	127.351,57	163.095,07

10 Rédito

Para os períodos de 2016 e 2015 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2016	2015
Vendas e Prestação de Serviços	835.623,37	784.962,09
Quotas e Jóias	20.057,00	23.475,37
Total	855.680,37	808.437,46

11 Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

f. ac
DmgProvisões

A provisão na rubrica "Processos judiciais em curso", constituída em 2014, teve origem num processo judicial, movido por um prestador de serviços, com dois pedidos indemnizatórios no valor de global de 60.000 euros, os quais foram julgados improcedentes. Neste contexto, a provisão que se encontrava constituída com elevado critério de prudência, no valor de 32.250 euros, foi revertida em 2016 para resultados do período.

Passivos contingentes

Nos passivos contingentes salienta-se o valor de 70.400 euros liquidado pela Autoridade Tributária (AT) relativo ao IMI do CRPCCG. Refira-se que a APCL, sendo uma IPSS, está isenta do pagamento deste imposto. Assim, foi exercido junto da AT o direito de audição que aguarda despacho. É convicção da Direção que esta situação terá um desfecho favorável à APCL. No entanto, por razões de prudência, foi reconhecido no balanço na rubrica de outras contas a pagar o valor de 84.395,01 euros.

Ativos contingentes

A Associação Portuguesa de Paralisia Cerebral/Núcleo Regional do Sul, atual APCL, foi contemplada no testamento da Sr.ª Eglantina Coelho, com um quinto da quantia em dinheiro respeitante à venda de um imóvel localizado sito na Rua de Campo Maior, nº 49 em Elvas. Em ata de reunião, onde participaram as cinco instituições incluídas no testamento, foi decidido que o imóvel seria vendido por um valor nunca inferior a 100.000,00 euros. No entanto, o testamenteiro recusou essa qualidade por ato notarial de 20 de Outubro de 2005, o que significa que cabia aos herdeiros (uma irmã), executar o legado, sendo que não foi possível averiguar o seu paradeiro.

12 Subsídios e Apoios do Governo

A 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a Entidade tinha os seguintes saldos:

	2016	2015
Subsídios à Exploração	2.745.583,51	2.687.540,07
ISS, IP - Centro Distrital	2.432.733,67	2.333.846,56
IEFP	213.450,33	248.264,85
Autarquias	33.699,89	40.332,70
JNR	11.132,62	6.315,49
Federação Assoc. Portuguesa Paralisia Cerebral	0,00	55.403,62
PCAND	5.402,00	1.135,65
Outros	49.165,00	2.241,20
Doações e Heranças	121.869,40	229.429,48
Totais	2.867.452,91	2.916.969,55

13 Efeitos de alterações em taxas de câmbio

Entre 31/12/2016 e 31/12/2015, não se verificaram quaisquer alterações das taxas de câmbio.

14 Imposto sobre o Rendimento

Conforme já mencionado anteriormente no ponto 3.2.7. – Estado e Outros Entes Públicos, a APCL é isenta de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC).

15 Benefícios dos empregados

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 2016 foi de 203 (2015: 195).

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

	2016	2015
Remunerações do pessoal	1.940.895,48	1.807.227,65
Compensações por rescisão de contrato de trabalho	7.357,83	2.200,00
Encargos sobre remunerações	403.707,60	411.052,96
Seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais	34.888,48	24.699,86
Outros gastos com o pessoal	9.245,64	181.464,97
Totais	2.396.095,03	2.426.645,44

16 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade apresenta dívidas ao Estado em situação de mora no valor de 157.392,80 euros, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro. Conforme descrito na nota 17.18 esta dívida foi paga em 2017.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, na medida em que existe um acordo de pagamento em vigor para pagamento dos valores em dívida.

17 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações:

17.1 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2016 e 2015, a Entidade detinha os seguintes "Investimentos Financeiros":

Descrição	2016	2015
Fundo Reestruturação Sector Solidário	5.630,06	5.667,94
Fundo Compensação Trabalho	4.211,25	0,00
Total	9.841,31	5.667,94

O montante 9.841,31 euros (2015: 5.667,94 euros) refere-se a retenções efectuadas pelo ISS, I.P. a favor FRSS - Fundo de Reestruturação do Sector Solidário.

17.2 Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

A 31 de Dezembro de 2016 e 2015, apresentava os seguintes saldos:

Descrição	2016	2015
Passivo		
Fundadores/associados/membros - em curso	11.714,65	28.215,43
Total	11.714,65	28.215,43

17.3 Clientes e Utentes

Para os períodos de 2016 e 2015 a rubrica "Clientes" encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2016	2015
Clientes e Utentes c/c		
Utentes - Valor bruto	37.130,58	37.827,29
Utentes - Perdas por Imparidade	-26.677,68	-9.155,51
Utentes - Valor líquido	10.452,90	28.671,78

17.4 Outras contas a receber

A rubrica "Outras contas a receber" tinha, em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a seguinte decomposição:

Descrição	2016			2015		
	Valor Bruto	Perda por Imparidade	Valor Líquido	Valor Bruto	Perda por Imparidade	Valor Líquido
Outras contas a receber						
Fornecedores de investimentos	0,00	0,00	0,00	18 233,35	0,00	18 233,35
Devedoras p/acréscimo de rendimentos	8 056,80	0,00	8 056,80	60 104,63	0,00	60 104,63
Associados	49 040,12	48 367,81	672,47	12 869,02	15 173,77	17 605,25
ADSE	0,00	0,00	0,00	11 072,10	0,00	11 072,10
IEFP FOPH	534 581,29	0,00	534 581,29	20 016,61	0,00	20 016,61
Outros devedores	108 574,31	108 574,31	0,00	66 707,39	46 473,89	40 233,50
Fornecedores com corrente	6 565,84	0,00	6 565,84	3 844,13	0,00	3 844,13
Total	708 760,96	156 891,96	549 875,40	232 847,23	61 647,66	171 199,47

17.5 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a rubrica "Diferimentos" englobava os seguintes saldos:

Descrição	2016	2015
Gastos a reconhecer (ativo)	5.397,08	22 586,43
Rendimentos a reconhecer (passivo)	568.363,76	22.179,34

17.6 Outros Ativos Financeiros


A Entidade detinha, em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, investimentos nas seguintes entidades:

Descrição	2016	2015
Fundo de Participação CEMG	2 871,22	4.501,20
Total	2.871,22	4.501,20

17.7 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de "Caixa e Depósitos Bancários", a 31 de Dezembro de 2016 e 2015, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	2016	2015
Caixa	2.936,61	3.218,66
Depósitos à ordem	60.478,72	44.005,73
Depósitos a prazo	4.650,68	22.650,68
Total	68.066,01	69.875,07

17.8 Fundos Patrimoniais

No período de 2016 ocorreram as seguintes variações nos fundos patrimoniais:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	575.579,75	0,00	0,00	575.579,75
Resultados transitados	9.168.869,09	14.359,51	0,00	9.183.228,60
Outras variações nos fundos patrimoniais	2.242.121,59	0,00	101.638,20	2.140.483,39
Resultado do exercício	14.359,51	68.784,58	14.359,51	68.784,58
Total	12.000.929,94	83.144,09	115.997,71	11.968.076,32

17.9 Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2016	2015
Fornecedores c/c	157.612,74	232.733,23
Perda por Imparidade acumulada	-20.920,82	-20.920,82
Total	136.691,92	211.812,41
Fornecedores Investimentos	10.337,92	18.659,09

17.10 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Descrição	2016	2015
Ativo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	10.039,68	6.796,77
Outros Impostos e Taxas	0,00	0,00
Total	10.039,68	6.796,77
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	11.376,37	15.065,55
Segurança Social	195.482,72	230.213,88
Outros Impostos e Taxas	1.689,74	1.209,53
Total	208.548,83	246.488,96

17.11 Outras Contas a Pagar

A rubrica "Outras contas a pagar" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2016	2015
Outras Contas a Pagar		
Pessoal	9.941,33	16.233,59
Fornecedores de investimentos	10.337,92	18.659,09
Credores por acréscimos	166.571,83	24.778,52
Estimativa de férias e subsídio de férias	258.371,00	340.872,10
Fundo socorro social	9.096,39	34.382,86
Outros devedores e credores	54.255,78	42.418,18
Total	508.674,25	477.344,34

17.12 Outros Passivos Financeiros

Não existem movimentos associados a esta rubrica.

17.13 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2016 e 2015, os seguintes subsídio, doações, heranças e legados:

Descrição	2016	2015
Subsídios do Estado e outros entes públicos	2.691.016,51	2.628.759,60
Subsídios de outras entidades	54.567,00	58.780,47
Doações e heranças	121.869,40	229.429,48
Total	2.867.452,91	2.916.969,55

Os "Subsídios e Apoios do Governo" estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 12.

17.14 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015, foi a seguinte:

Descrição	2016	2015
Serviços especializados	251.938,98	234.996,28
Materials	29.445,63	43.272,85
Energia e fluidos	167.056,11	181.159,30
Deslocações, estadas e transportes	4.413,25	8.097,79
Serviços diversos	110.919,89	128.749,97
Total	563.773,86	596.276,19

17.15 Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de "Outros rendimentos e ganhos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2016	2015
Descontos de pronto pagamento obtidos	1,19	0,00
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	77.638,15	902,00
Outros rendimentos e ganhos	118.599,95	151.004,18
Juros e rendimentos similares obtidos	326,43	2,36
Total	196.565,72	151.908,54

17.16 Outros gastos e perdas

A rubrica de "Outros gastos e perdas" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2016	2015
Impostos	96.416,96	10.397,15
Gastos com apoios financeiros concedidos a associados e utentes	67.170,91	65.626,74
Outros gastos e perdas	11.771,55	28.838,36
Total	175.359,42	104.862,25

17.17 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2016 e 2015 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2016	2015
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	120.740,38	134.089,06
Juros de financiamentos obtidos	106.301,77	116.732,72
Juros de Mora e Compensatórios	13.806,89	17.325,37
Outros Juros	0,00	30,97
Outros gastos e perdas de financiamento	0,00	0,00
Total	120.740,38	134.089,06
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	0,00	0,00
Resultados Financeiros	-120.740,38	-134.089,06

17.18 Acontecimentos após data de Balanço

Em março de 2017 foi contraído um novo empréstimo no valor de 1.355.000 euros. Com este financiamento a 120 meses foram pagos os empréstimos do Novo Banco, no valor de 984.560,00 euros e do Montepio Geral, no valor de 32.768,07 euros. Adicionalmente, procedeu-se à liquidação da dívida à Segurança Social no valor de 151.899,38 euros.

O novo empréstimo contratualizado com o Banco BPI tem associada uma hipoteca genérica do direito de superfície do terreno e edificações onde se encontra instalado o Centro Dr. José de Azeredo Perdigão (anteriormente designadas "Casas da Granja"). A recente avaliação estabeleceu um valor de 2.810.000 euros (dois milhões oitocentos e dez mil euros) a este imóvel, sendo que não está incluído neste valor do 3º piso do edifício onde funciona o lar residencial e a creche.

Estas demonstrações financeiras vão ser aprovadas pelos associados em Assembleia Geral a realizar em 17 de Abril de 2017.

A Direção
 António Fernandes Coelho

O Contabilista Certificado



22 – PARCERIAS

São Parceiros da APCL na sua ação social, a favor das crianças, jovens e adultos, bem como de seus familiares, as seguintes entidades:

Parceiros
Banco Alimentar Contra a Fome
Banco de Bens Doados
Entrajuda
Novo Banco
Millennium BCP
BPI
Montepio Geral
C. M. Lisboa
C. M. Odivelas
C. M. Oeiras
Junta de Freguesia do Lumiar
União das Freguesias de Oeiras e S. Julião da Barra, Paço d' Arcos e Caxias
Junta de Freguesia de Odivelas
CRPCCG
Fundação Calouste Gulbenkian
Fundação EDP
Fundação Portugal Telecom
Fundação Manuel António da Mota
IASFA/ADM
Instituto para a Qualidade na Formação
Instituto Português de Museus
Montepio Residenciais
RCCI
Santa Casa da Misericórdia de Lisboa
Sociedade Hípica de Lisboa
TMN
Lidl
Vó'Arte
Mais Por Todos – LIDL – SIC Esperança

23 – AGRADECIMENTOS

Desejamos apresentar os nossos agradecimentos a todas as pessoas e entidades que, por qualquer forma, tenham contribuído para o prestígio da nossa Associação, reforço das nossas atividades ou bem-estar das Pessoas com Paralisia Cerebral e situações neurológicas afins, bem como seus familiares.

Uma palavra especial de agradecimento aos nossos associados e inúmeros benfeitores, muitos dos quais anónimos, bem como todos os colaboradores e voluntários, que tornaram possível o trabalho desenvolvido pela Associação de Paralisia Cerebral de Lisboa a favor das crianças, jovens e adultos e seus familiares.

Lisboa 17 de Abril de 2017

Aprovação Direção




Associação
de Paralisia Cerebral de Lisboa, APCL

NIF 506 610 624

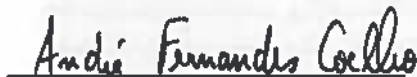
Aprovação A. Geral



(Dr. Orlando José Manuel de Castro Borges - Presidente)



(Eng. José Manuel Fortuna de Carvalho Antelo – Presidente)



(Dr. André Fernandes Robalo Avelans Coelho – Tesoureiro)